

## Criação

Neste verbete, realizamos o exercício de revisitar a bibliografia brasileira dos estudos rurais com o intuito de trazermos à luz nosso olhar sobre o lugar que a criação ocupou/ocupa nas análises sobre o mundo rural brasileiro. De forma arbitrária, porque sem tal atitude seria impossível caminhar pela produção brasileira sobre o tema, nos debruçamos sobre algumas obras do começo do século XX ao início do século XXI, sobretudo das áreas da história, economia, antropologia e sociologia. Nosso intuito final é expressar como a criação se tornou uma chave analítica para compreensão de processos sociais e de que forma tenciona um dos debates fundadores da antropologia, o debate entre natureza e cultura.

Criação, gado, boiadas, pecuária, atividade pastoril, pecuária extensiva são alguns termos e expressões utilizados por autores de obras sobre o mundo rural brasileiro. Essas formas de nomear se referem ao gado compreendido tão somente como o rebanho de bovinos. Nessas acepções, a criação foi tema que apareceu como uma das tramas que formaram o tecido de obras como Capítulos de História Colonial (1500 - 1800), de José Capistrano de Abreu, Os sertões, de Euclides da Cunha, História Geral da Civilização Brasileira, de Sergio Buarque de Holanda, Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil e Casa-grande & Senzala, de Gilberto Freyre, A terra e o homem do Nordeste, de Manuel Correia de Andrade, Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Jr. Tais obras abordaram, de forma mais ou menos central, o processo de colonização do Brasil. Sobre esse tema, o consenso é que os núcleos da ocupação colonizadora ficavam, à exceção de São Paulo, no litoral. Foi no nordeste que este fato se transformou com a introdução do gado no sertão. Este fato gerou, a nosso ver, uma primeira forma de se utilizar a criação como chave analítica dos processos sociais no mundo rural brasileiro, a saber, análises sobre expansão territorial, definição de ambientes naturais, regimes de propriedade e, sobretudo, análises sobre relações econômicas e de trabalho, como abordaremos a seguir.

Chama-se de sertão uma larga área do interior do Brasil que segue da bacia do Rio São Francisco

até a do Rio Tocantins englobando acima a bacia do Rio Parnaíba. Toda essa área compõe-se por uma vegetação ruda – caatinga ou cerrado – entrecortada por campos naturais, veredas e afluentes dos três grandes rios delimitadores do polígono sertão. O gado é o elemento unificador dessa paisagem diversa (Capistrano de Abreu, s/d; Cunha, 2000). De acordo com Manuel Correia de Andrade, o sertão, caracterizado pelo clima quente, seco e sujeito a rigorosas secas periódicas, era a área por excelência da pecuária extensiva em contraposição à Zona da Mata, com clima quente e úmido e com duas estações bem definidas, uma chuvosa e outra seca, área ocupada pela cultura canavieira, pelas grandes fazendas e pelos engenhos. Entre uma e outra área, o Agreste se manifestava como zona de transição, com trechos ora secos, ora úmidos, abrangendo, de forma intercalada, atividades agrícolas e pastoris (Andrade, 1998).

Segundo Sergio Buarque de Holanda, o gado chegou ao Brasil em 1549 com a frota do primeiro governador-geral, Tomé de Sousa. No ano seguinte, uma nova leva de animais valorizados como “a maior nobreza e fartura nestas partes”, nas palavras do governador-geral, desembarcou. Com isso, as criações multiplicaram-se rapidamente e, em 1552, as terras de Garcia d’Ávila, funcionário da Coroa, se tornaram insuficientes, fato que o fez requerer mais terras. A despeito do movimento de expansão de terras dessa sesmaria e dos desdobramentos específicos da história de Garcia d’Ávila, a pecuária constituía-se como atividade “secundária e acessória” e estava à margem de outras atividades econômicas da colônia voltadas para exportação (Holanda, 1960: 117-118). No nordeste, se num primeiro momento a atividade principal restringia a colonização à orla dos canaviais com a produção do açúcar para exportação, o gado sertanejo empurrou, com seus trilhos, a colonização para a zona das caatingas, proporcionando “uma segunda dimensão da terra brasileira” (Holanda, 1960: 218). Ao alargar o território, a proliferação da criação de gado trouxe mudanças espaciais aos domínios colonizados. Além disso, suscitou transformações na sociedade luso-brasilica, sobretudo naquela que rodeava a grande unidade produtora que se constituía como a estrutura econômica e social do país, baseada na grande

propriedade, na monocultura e no trabalho escravo (Prado Junior, 1994: 123).

Em terras impróprias para o cultivo da cana de açúcar “quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar” (Capistrano de Abreu, s/d, p. 71-73), o povoamento do sertão ao longo do século XVIII foi impulsionado pelo gado. O curso do Rio São Francisco, por exemplo, foi acompanhado por este ator não-humano, que foi utilizado pela expansão do capital como o propulsor da ocupação do sertão. Com as terras mais férteis e as do litoral destinadas ao cultivo da cana de açúcar e necessitando de braços para a lavoura canavieira, a criação de gado foi a solução encontrada para garantir tanto a subsistência daqueles que trabalhavam no processo produtivo da cana de açúcar e em sua comercialização quanto para fornecer força de trabalho para o engenho. Esse foi o fator principal da ocupação do sertão pelo gado. Outro fator, não menos importante, foi a falta de necessidade de transporte para este ser não-humano, na medida em que ele se auto-carregava quando sua transportação se fazia necessária. Um último fator foi a necessidade mínima de capital, bem como de força de trabalho para se exercer a pecuária extensiva. Aquele que não detinha capital para montar sua empresa de cana de açúcar em terras férteis, contentava-se em investir na pecuária extensiva (Capistrano de Abreu, s/d, Galvão, 1972), que era exercida na chamada solta.

Alfredo Wagner Berno de Almeida (2009), ao analisar a estrutura agrária brasileira, chama a atenção para as modalidades de uso comum da terra, como, por exemplo, as terras soltas ou abertas. As áreas de uso comum conformam situações cujo controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente, mas sim sob normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de forma consensual, “nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social (Almeida, 2009, p. 39)”. Prática bastante difundida no sertão nordestino, no norte de Minas Gerais, na Ilha de Marajó e no Sul do país (Paraná e Santa

Catarina), as soltas (sertão nordestino), o Gerais (norte de Minas Gerais), os pastos comuns ou campos (Ilha de Marajó) e fundos de pasto (região sul) são áreas de uso comum, onde são exercidas as atividades pastoris. Um conjunto de recursos essenciais – aguadas, fontes e pastagens – que, muito embora estejam sob domínio privado e em áreas tituladas, “se encontram dispostos a uma apropriação comum. A noção de patrimônio da comunidade rural sobrepõe-se, pois, a uma estrutura fundiária com base nos limites dos imóveis rurais” (Almeida, 2009, p. 55). Dessa forma, os pequenos proprietários, assim como os grandes e os vaqueiros, podem criar suas reses soltas, pois as regras sociais asseguram a manutenção e reprodução dos rebanhos nas vastas redes de vizinhança. As únicas áreas cercadas são, em geral, os roçados, de forma a impedir o acesso e, por conseguinte, sua destruição pelo gado<sup>1</sup>.

A criação de gado está também representada no dia-a-dia dos vaqueiros que viviam no sertão e se formava como o “substrato material da existência” (Galvão, 1972). O vaqueiro, protagonista desse cenário ao lado do gado, vivendo livre como este último em meio a vegetação sertaneja, “bravo e destemeroso” como o bandeirante, “resignado e tenaz” como o jesuíta, fixou-se na terra diferenciando-se desses dois últimos personagens (Cunha, 2000). De acordo com Capistrano de Abreu, nas fazendas de gado, cabia ao vaqueiro o trabalho de “amansar e ferrar os bezerras”, assim como “curá-los das bicheiras”. A pastagem natural era queimada alternadamente na época apropriada. Fazer cacimbas e bebedouros também eram tarefas desse agregado que se especializou no trato com o gado, além de proteger o rebanho de onças, cobras e morcegos. Trabalho árduo, madrugadas no campo compunham as características do sertanejo que vivenciou a “época do couro”. “De quatro crias cabia-lhe uma; podia assim fundar fazenda por sua conta” (Capistrano de Abreu, s/d). Àquela época, o que tinha valor econômico era o gado, não a terra.

Como o vaqueiro recebia um quarto das crias do gado daquele para quem se agregava, distinguia-se dos demais agregados. Ser vaqueiro,

manejar um objeto que é antes um ser vivo e que em si encerrava-se como remuneração, trazia à tona uma relação específica contida no trabalho de vaqueiro, como bem salientado por Walnice Nogueira Galvão em *As formas do falso* (Galvão, 1972) e por Margarida Maria Moura em *Os deserdados da terra* (Moura, 1988). Por um lado, o vínculo estreito – físico e afetivo – com o gado, por outro, o trabalhar com gado e receber por esse trabalho possibilitava ao vaqueiro passar de empregado a dono de gado e de terra; imprimia a ele uma qualificação social em relação aos demais moradores da fazenda. Conferia, sobremaneira, sensação de liberdade, tanto por não se limitar ao trabalho no cabo da enxada quanto por fisicamente rodar o mundo no lombo do cavalo<sup>2</sup>. No agreste, de acordo com Manuel Correia de Andrade, conforme a pecuária se tornava intensiva, o pagamento da quarta foi sendo substituído pelo salário, “proletarizando” os vaqueiros e diminuindo suas possibilidades de se tornarem fazendeiros (Andrade, 1998). A despeito dessas considerações, é importante ressaltar que o fato do trabalho dos vaqueiros ser remunerado, seja com a quarta seja com o salário, contribuiu para a expansão das fazendas de gado à medida que os vaqueiros se tornavam donos de gado e, com isso, adquiriam terras. Ademais, para os proprietários de fazendas que viviam distantes do sertão, a remuneração era “(...)um ótimo método para fazer com que o vaqueiro se interessasse pelo desenvolvimento da criação” (Holanda, 1960: 223). No sertão, o gado era o maior bem monetário em terras em que a agricultura era gênero menor. A confiança do fazendeiro no trabalho do vaqueiro era imprescindível. Além da valentia, destreza e agilidade, outra característica do vaqueiro se sobressaía: sua autonomia moral. Como “valente defensor da propriedade confiada à sua coragem solitária” (Câmara Cascudo, 1972, p. 882), o vaqueiro criava sua rês “embolada” com a do patrão. Dele tinha o respeito e a confiança. O vaqueiro possuía uma qualificação social diferente da dos demais agregados; ser vaqueiro era um prestígio social, sobretudo por poder, via remuneração, se tornar dono de terra. No

entanto, esse prestígio social não implicava em ausência de conflitos entre fazendeiros e vaqueiros. Cotidianamente, a dominação por parte do primeiro e a resistência por parte do segundo eram tecidas na esteira do trabalho com a criação, como analisou Maria Sylvania de Carvalho Franco em *Homens Livres na ordem escravocrata* (Franco, 1997) e Joana Medrado em *Terra de vaqueiro* (Medrado, 2012).

O prestígio social que a criação imprimia àqueles que a detinham era tão marcante que uma hierarquia entre os animais, de acordo com as respectivas funções sociais que devem cumprir, foi analisada por Afrânio Garcia e Beatriz Heredia em *Trabalho familiar e campesinato* (Garcia Junior; Heredia, 1971). De acordo com os autores, a lógica da oposição entre roçado familiar e roçado individual se superpunha a classificação que observaram em relação aos animais entre camponeses da zona da mata pernambucana. Há animais que são propriedade da família e que ficam sob responsabilidade direta do pai e há aqueles que são propriedade de membros individuais e, por isso, administrados por esses. Nesta hierarquia, o gado é o animal mais valorizado, é um instrumento de acumulação, e, por conseguinte, o meio para se adquirir terra, podendo influenciar as condições de existência material do roçado, isto é, a possibilidade de se adquirir mais e/ou melhores terras. Além disso, o gado é uma propriedade familiar; fica, portanto, sob a responsabilidade do pai. No entanto, sua posse é rara por possuir um alto custo de aquisição. Abaixo do gado estão os bichos de terreiro ou miunças: porcos, cabras e aves de pena. Esses são hierarquizados de acordo com seu valor de mercado e, em geral, são de propriedade individual e administrados por seu possuidor. Vendidos nas feiras, o dinheiro arrecadado é utilizado para comprar sabonete, roupas, bens que, como no caso dos roçados individuais, estão em posição hierárquica inferior. Assim como os roçados individuais, os bichos de terreiro possuídos individualmente podem, em caso de necessidade, ser apropriados coletivamente, fato que demonstra, como ressalta os autores, as mesmas relações de oposição e

<sup>2</sup> Ver Galvão, 1972, p. 32-33 sobre posse de cavalo e a sensação de liberdade que seu uso proporciona ao trabalhador, diferenciando-o do trabalhador que labuta no cabo da enxada, no chão, num espaço restrito, sem muito circular.

<sup>1</sup> Sobre terras soltas, ver também: Ribeiro, 2010, Andriolli, 2011.

complementaridade existentes no primeiro caso. Os bichos de terreiro são também delimitadores da divisão sexual do trabalho, como portadores da propriedade e cuidados femininos. A exceção é encontrada em casas onde não há gado. Neste caso, os porcos tornam-se propriedade masculina. Tanto o gado quanto a miunça aparecem, no cenário analisado pelos autores, “como atividade mediadora entre agricultura do sítio/roçado e o consumo da casa, desempenhando funções claras de reserva e acumulação” (Garcia Júnior, Heredia, 2009, p. 228). Em anos de fartura, a criação e os outros membros da casa dividem a condição de consumidores dos produtos advindos da lavoura, ao passo que em momentos de “precisão”, a criação imprime função de alimento, seja por carência desses, seja por ameaça de fome, doença ou visita inesperada (Garcia Júnior, 1983, p.178). Devido à dupla função da criação (reserva e acumulação) entre grupos camponeses, a expansão da pecuária em pastos semeados pelos camponeses em terras de outrem (via arrendamento ou foro) transformou a “terra de trabalho” (aquela que produz o alimento) em “terra de gado” (aquela que alimenta o gado e assim impede o cultivo de alimentos para os camponeses). A terra, agora do gado, causa o desenraizamento, concretiza a expropriação de camponeses que dependiam das terras de agricultura para sobreviverem (Heredia, 1979; Martins, 1980; Garcia Júnior, 1983, 1990) e informa sobre as estratégias de reconversão de indivíduos que ocupam diferentes posições sociais e trajetórias, a saber, a dos pequenos proprietários, reideiros e meeiros, que associam a agricultura, o “negócio” e a criação de gado, e a de agricultores “libertos”, que executam o “trabalho alugado” e vivem um processo de pauperização. Essa estratégia de reconversão tornou-se a solução preventiva de fazendeiros diante das novas leis trabalhistas e agrárias<sup>3</sup>, imprimiu uma forma de preservar as terras livres de eventuais “moradores” e elevou a potencialidade do patrimônio fundiário como reserva de valor (Garcia Júnior, 1990). Em outro contexto etnográfico, o sertão do Piauí, essa tendência se repõe nas áreas de chapada, com o “encurrallamento” da miunça criada na solta combinada a uma agricultura

de aprovisionamentos (feijão, milho, arroz e frutas nativas) devido aos avanços da agricultura mecanizada de exportação (Moraes, 2009).

Ellen Woortmann, em sua pesquisa entre camponeses do Sergipe, revela que a pressão fundiária dos fazendeiros pecuaristas sobre as terras dos camponeses leva-os ao trabalho com galinhas, porcos, cabras e ovelhas, nomeados, no referido cenário, como “criação” (Woortmann, 1981, p.143-144). A autora encontrou a expressão “semente” para referir-se à primeira cabra que é dada pelo padrinho por ocasião do batizado de uma criança (Woortmann, 1995). Segundo a autora, “o batismo não é apenas o momento do nascimento simbólico de uma criança cristã – que neste momento deixa de ser pagã –, mas também o começo de um adulto, de um pai de família ou de uma dona de casa” (ibidem, p.290).

No sertão do Piauí, dar a “semente” não é atribuição exclusiva do padrinho, como revelou Emília Pietrafesa de Godoi (2009). A autora traz importante contribuição sobre a forma como a criação é pensada entre os sertanejos daquele universo etnográfico ao analisar a circulação de crianças entre as famílias. Em sua análise, atenta para a relação entre “filhos de criação” e “semente de gadinho” e constata que os chamados “filhos de criação”, isto é, não consangüíneos, não herdam direitos sobre a terra, mas recebem, assim como todo filho, um dom, a “semente de gadinho”, um “cabritinho”, fato que marca a sua incorporação a uma nova família e, em se tratando de filhos consangüíneos, marca sua vida. Com este dom, o indivíduo pode começar a formar seu próprio rebanho, algo progressivo e que segue os “ritos de passagem” marcadores da vida individual. A apropriação pelo pai dos animais de criação dos filhos é, no entanto, algo possível, mas somente se dará em caso de necessidade e, nesse caso, essa apropriação toma a forma de um empréstimo que o pai tem a obrigação moral de restituir, fato também constatado por Garcia Júnior; Heredia (1971). O caráter progressivo da criação do rebanho constitui-se, por um lado, no objetivo de passar do “gadinho” ao gado, algo revelador da existência de uma “hierarquia na representação camponesa dos animais segundo a importância e o prestígio que lhe são atribuídos”,

e, por outro, “na preparação da condição de um produtor independente, e se pode mesmo dizer que aí começa a preparação para o casamento, que no caso dos “filhos de criação” pode se dar com primos e irmãos de criação” (Godoi, 2009, p. 297).

A existência de uma hierarquia entre os animais não humanos para os camponeses, com o topo sendo representado pelo gado, foi tema das análises de Carlos Rodrigues Brandão em O afeto da terra e de Carmen Andriolli em Sob as vestes de sertão veredas, o Gerais. Essa autora analisou também as diferentes acepções para o termo “mexer com criação” entre camponeses do norte de Minas Gerais. Para esses, a criação possui tanto valor econômico quanto valor social, e o termo criação é definido de acordo com o ambiente onde o indivíduo de fala se encontra. Se estiver na casa, o termo criação designa as aves, as cabras, ovelhas e os porcos. Caso o indivíduo esteja no campo ou roça, o termo criação é utilizado para se referir ao gado bovino. Em relação às diferentes acepções para a expressão “mexer com criação”, a autora analisou que a expressão, na sua concepção mais simples, limita-se a dar alimento aos não humanos. Pode significar ainda uma relação simbiótica que se traduz, muitas vezes, em afetividade, isto é, revelar seres não humanos sociais, individualizados e que necessitam de atenção e cuidados especiais. Na esteira dessa relação, os não humanos são transformados em membros da família, em filhos, e aqui uma nova acepção para o “mexer com criação”. A expressão também é utilizada para se referir ao trabalho de “apanhar” água para saciar as necessidades da família e dos animais de criação, além de possuir um sentido econômico de “criar para render”, isto é, aumentar o rebanho e conseqüentemente aumentar a renda familiar com a venda de alguns exemplares (Andriolli, 2011, 136-144).

O trabalho com criação revela também tempos (de ontem e de hoje), que designam transformações nos usos da terra e nas relações sociais (de fazendas, fazendeiros, vaqueiros, áreas de uso comum, direito de criar para criadores de gado, morador de parque, unidades de conservação, legislação ambiental, solicitação de autorizações, infrações ambientais), trazendo à luz territorialidades – o Gerais e o Sertão do IBAMA – que definem, por um lado, ambientes

naturais, regimes de propriedades e práticas de uso, e, por outro, como essa territorialidade passa a ser criminalizada com a imposição de uma nova advinda com o discurso ambiental (Andriolli, 2011; 2014; 2015). Em outro contexto etnográfico, o Pantanal do Mato Grosso do Sul, o trabalho com criação em fazendas cujo foco é a criação de gado de corte desvelou práticas distintas – a conservação da onça pintada e a pecuária bovina – que integram uma mesma rede sociotécnica no sentido formulado por Bruno Latour (Sussekind, 2010). O autor acompanhou dois estudos científicos sobre onças pintadas em fazendas de gado e, a partir de um evento chave – o abate de um bezerro por uma onça pintada –, uma cartografia de três redes de práticas foi desenhada, a saber, a pecuária tradicional pantaneira, as caçadas de onça com cães farejadores e as pesquisas de campo biológicas que utilizam da técnica da rádio-telemetria. A articulação entre essas três redes é o que define a rede sociotécnica analisada pelo autor. Já no triângulo mineiro, o trabalho com criação trouxe à luz “aspectos e conceitos do âmbito do parentesco, das biotecnologias, da economia, das políticas de Estado de um segmento particular da pecuária no Brasil: o gado de elite” (Leal, 2014, p. 7). Segundo a autora, a invenção brasileira do gado Zebu, que é, por excelência, de elite no Brasil, constitui conceitos de sangue, genes, genealogia, raça, mestiçagem, pureza, que são consolidados através do valor de mercado que é atribuído aos animais. Trata-se de uma invenção e realização que, para além de zootécnica, é política na medida em que consolida tanto elites de bovinos quanto de criadores no Brasil. No Mato Grosso, o trabalho com criação foi analisado por Graciela Froehlich sob a perspectiva da implantação de protocolos de “bem-estar animal”, que dizem respeito à adoção de medidas que objetivam diminuir o sofrimento dos animais criados para corte, além de, via selos e certificações de origem, diferenciar os cortes de carnes produzidos mediante tais protocolos. A autora, ao seguir os selos e certificações, rastreou as conexões por eles sugeridas e com isso conectou “o bem-estar animal aos demais agentes heterogêneos com os quais ele se relaciona”. Dessa forma, sua análise “reúne debates sobre os direitos dos animais e a crise climática, a criação de gado de corte e o

<sup>3</sup> Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra.

cotidiano de trabalho nas fazendas, a definição de conceitos científicos de bem-estar animal e a criação de um mercado consumidor para a carne certificada” (Froehlich, 2016, p. 24).

As contribuições analíticas de Ellen Woortmann, Emilia Pietrafesa de Godoi à Natasha Leal e Graciela Froehlich inauguram uma inflexão sobre a criação. O ciclo de criação do gado, assim como o ciclo de criação dos filhos, os filhos de criação, a semente de gado e de gadinho, a hierarquia entre não humanos, os afetos, as aceções sobre o mexer com criação, os tempos e territorialidades, as redes, o gado de elite e a carne certificada revelam que, para além das relações econômicas e de trabalho e as questões referentes à terra, a criação possui uma potência heurística para a compreensão de outros processos sociais. Trazem à tona, sobretudo, definições renovadas de natureza, compreendida não mais como exterioridade ou como espaço virgem, como vem problematizando Philippe Descola, Tim Ingold e Bruno Latour na Antropologia.

Carmen Andriolli\*

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: uso comum e conflito. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.). Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Vol.II: estratégias de reprodução social. (Coleção História Social do Campesinato brasileiro). São Paulo: EdUnesp; Brasília: Nead, p. 39-66, 2009.

ANDRADE, M. C. A terra e o homem do Nordeste. 6ª ed. Recife: Editora UFPE, 1998.

ANDRIOLLI, C. S. Sob as vestes de Sertão Veredas, o Gerais: “Mexer com criação” no Sertão do IBAMA. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campinas/

SP: Universidade Estadual de Campinas, 2011.

\_\_\_\_\_. Sob as vestes de Sertão Veredas, o Gerais. A resistência cotidiana no Sertão do IBAMA. *Mana*, 20 (2), 2014, p. 221-247.

\_\_\_\_\_. Os tempos no “Gerais” e no “Sertão” – Sobre casa, comida, terra e criação. *Revista de Antropologia*, 58 (2), 2015, p. 345-370.

CAPISTRANO DE ABREU, J. Capítulos de História Colonial. Brasília: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. s/d, 171p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000062.pdf>> Acesso em 24 set 2010.

CUNHA, E. Os Sertões. 39ª. Ed. Rio de Janeiro: Publifolha, 2000.

FRANCO, M. S. C. Homens Livres na Ordem Escravocrata. 4ª. Ed., São Paulo: EdUnesp, 1997.

FREYRE, G. Casa-grande & Senzala. 16ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973.

\_\_\_\_\_. Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004.

FROEHLICH, G. O bem-estar na carne. Um estudo antropológico sobre as relações entre humanos e animais a partir da categoria de “bem-estar animal”. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade de Brasília – DF, 2016.

GALVÃO, W. N. As Formas do Falso. Um estudo sobre a ambigüidade no Grande Sertão: Veredas. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972

GARCIA, A. Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. O sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; UnB; CNPq, 1990.

GARCIA JR. A, HEREDIA, B. Trabalho familiar e campesinato. In: *America Latina*, ano 14, n.1/2, p.10-20, 1971.

\_\_\_\_\_. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M.; MARIN, R. A. ( Orgs.) Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v;2, estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural,2009, p. 213- 244.

GODOI, E. P. Reciprocidade e circulação de crianças entre camponeses do sertão. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M.; MARIN, R. A. ( Orgs.) Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v;2, estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural,2009, p. 289- 302 HEREDIA, B. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOLANDA, S. B. de. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I – A época colonial. Volume 2 – Administração, economia, sociedade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

LEAL, N. S. Nome aos bois. Zebu e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, 2014.

MARTINS, J. Expropriação e violência. São Paulo: Hucitec, 1980.

MEDRADO, J. 2012. Terra de Vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900. Campinas, SP: Ed. Unicamp.

MORAES, M. D. Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

\_\_\_\_\_.Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses (as) nos cerrados do sudoeste

piuiense. GODOI, E. P.; MENEZES, M.; MARIN, R. A. (Orgs.). In: Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v;2, estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 131-162.

MOURA, M. M. Os deserdados da terra. A lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

PRADO JUNIOR, C. P. Formação do Brasil Contemporâneo. 23ª ed. Brasiliense: São Paulo, 1994.

RIBEIRO, E. M. As Histórias dos Gerais. In: RIBEIRO, E. M. (org). Histórias dos Gerais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, p. 23-39.

SUSSEKIND, Felipe. O rastro da onça: etnografia de um projeto de conservação em fazendas de gado do Pantanal. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010.

WOORTMAN, E. Sitiantes e Roceiros: a produção camponesa num contexto de pecuarização. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 1981.

\_\_\_\_\_. Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdunB, 1995.

Foto: Carmen Andriolli

\* Professora e pesquisadora do CPDA/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contato: carmen.andriolli@gmail.com